

ESTADOS UNIDOS: IDENTIDADE NACIONAL E PERMANÊNCIA DOS MITOS FUNDACIONAIS

*Carolina Silva Horta Machado*¹

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de analisar os principais mitos fundacionais da nação norte-americana, que se destaca como uma superpotência mundial e exerce forte influência social e política em diversos países do globo. Os Estados Unidos possuem uma cultura política que toma como base de seus valores e de sua identidade o momento fundacional da nação, se utilizando dos mitos que cercaram sua fundação para justificar sua prosperidade ou decadência. Trataremos, inicialmente, da noção de “povo eleito” herdada da tradição puritana. Os puritanos se viam como um povo escolhido por Deus – assim como os israelitas no Antigo Testamento - predestinado a construir uma nova Canaã em uma terra distante. A comunidade firmada pelos “Pais Peregrinos” também tinha como objetivo ser um modelo de organização universal, uma “cidade sobre uma colina”, que santificada por Deus deveria ser um exemplo e um “farol” para um mundo em trevas. Na segunda seção do texto, discutiremos, a partir da noção de “destino manifesto”, a crença no papel e na missão a ser desempenhada pelos Estados Unidos no mundo. A nação excepcional e o povo eleito receberam a missão divina de Deus de levar os princípios morais da civilização ocidental para os povos bárbaros e inferiores. A política externa e o expansionismo norte-americano, tendo por base o mito do povo eleito com uma missão divinamente ordenada, ganha, nos discursos, a aparência de uma “cruzada moderna”. Por fim, concluímos a análise percebendo que os mitos fundacionais da nação Norte Americana, estão constantemente sendo retomados, como uma forma de justificar sua situação atual e suas ações, ou conclamar a população para busca de um objetivo.

Palavras-chave: Estados Unidos; Mitos fundacionais; Protestantismo;

Destacando-se como uma superpotência mundial após o fim da guerra fria e o desmantelamento da antiga União Soviética, os Estados Unidos conquistaram um lugar de destaque, exercendo uma forte influência social e política em diversos países do globo. A nação Norte Americana se fundou principalmente em bases religiosas, trazidas pelos imigrantes ingleses, que vivenciaram os processos conflituosos advindo da Reforma Protestante. Assim a religião tem marcado a vida dos americanos desde o princípio, pontuando suas opiniões e ações, acerca dos outros e de si próprios.

Possuindo uma cultura política que toma como base de seus valores e de sua identidade o momento fundacional da nação, os Estados Unidos se utilizam dos mitos que cercaram sua fundação para justificar sua prosperidade ou decadência, fazendo-os persistirem

¹ Carolina Silva Horta Machado é graduanda em História pela UFMG e extensionista PROEX no Grupo Sétima Arte de Cinema e Educação – UFMG, atuando no projeto: Ver e filosofar. Produção de materiais didáticos para professores do ensino médio de Instituições de Educação Técnica.

fortemente no imaginário da população até os dias atuais. O presente trabalho tem, portanto, o objetivo de analisar os mitos fundacionais da nação Norte Americana, percebendo a permanência dos mesmos ao longo do tempo e a forma como eles definem o que é ser americano.

Um dos principais mitos da formação dos Estados Unidos se refere ao começo da colonização inglesa no novo continente no início do século XVII, trata-se dos Pais Peregrinos (pilgrim fathers), os primeiros europeus a conseguirem se instalar com sucesso no novo território. Nesse período a Inglaterra vivenciava um contexto político e econômico repleto de transformações, na qual segundo Lilian Corrêa,

Houve um aumento populacional e um crescimento ainda maior da produção de manufaturas, além de processos de cercamento territorial, os chamados enclosures, ocasionando a intensificação do êxodo rural, também devido à expansão da indústria e, evidentemente, o avanço do capitalismo. (CORRÊA, 2008, p. 6).

Essas mudanças geraram impactos sociais, como o crescimento da população pobre nos centros urbanos e os problemas causados com a fome e a disseminação da peste. Outro aspecto desse período era que com a Reforma Protestante, surgiram várias vertentes religiosas, resultando assim em uma perseguição daqueles que não seguiam a religião do Estado. Dessa forma a colonização da América se deu como uma solução para tais problemas resultaria em se livrar dos indivíduos que eram indesejáveis na Inglaterra, ao mesmo tempo em que surgia como um lugar de prosperidade e liberdade, que atraía essas massas.

Porém, ao se referir ao mito dos pais peregrinos, os americanos tem em mente apenas um pequeno grupo de europeus religiosos que possuíam uma significativa formação escolar, e que ao embarcarem no navio Mayflower, estabeleceram um pacto de formarem uma comunidade firmada sobre os preceitos bíblicos, com leis justas e iguais. Tal documento ficou conhecido como Mayflower Compact e foi utilizado como exemplo para a formação de diversas colônias na América do Norte.

Os pais peregrinos são relacionados com os protestantes calvinistas puritanos, uma vertente religiosa que se dá mais como um modo de ser e viver, a partir dos princípios bíblicos, e que pretendia purificar a reforma protestante. Os puritanos se viam como o povo eleito descrito na bíblia, que estavam predestinados a construir uma nova Canaã. Para tanto a história estava confirmando essa crença dando-os uma nova Israel, a América, uma terra

divina escolhida por Deus para que fosse povoada por esse grupo especial. Portanto, os colonizadores reclamam uma terra que já era deles por direito, subjugando os nativos e justificando sua ocupação. Ao selecionar a vertente puritana para ser identificada com os pais peregrinos e tomando-os como os fundadores dos Estados Unidos, o mito passa a abranger somente a parte denominada WASP (White Anglo-Saxon Protestant) do país e a transformá-los em herdeiros dos hebreus. Assim a história dos Estados Unidos passou a determiná-los como uma nação exclusiva e excludente, já que não vieram da Inglaterra apenas religiosos puritanos brancos, e sim uma vasta e heterogênea população.

Outro aspecto essencial do mito dos pais peregrinos é que eles, ao firmarem o Mayflower Compact, pretendiam criar “não só uma sociedade única, mas um modelo de organização universal, que deveria ser seguido por todos; qualquer outra alternativa estaria caminhando na direção errada.” (JUNQUEIRA, 2003, P. 167). De tal forma que a colônia estabelecida por eles tinha como objetivo ser uma cidade sobre uma colina, que santificada por Deus tinha a missão histórica de ser exemplo transformador para o mundo. Derivava-se então outro mito norte americano, já que a cidade sobre uma colina se tornou uma expressão ritual que fornecia ordem e coerência a uma comunidade que buscava se firmar sobre o progresso, servindo também como um modelo de identidade que definia esses emigrantes como o povo de Israel na nova Canaã, e não como estrangeiros europeus.

A cidade sobre uma colina, segundo Sacvan Bercovitch,

Identificava as metas pessoais com as da comunidade; fundia os conceitos de realização espiritual e social, de progresso privado e associado. Substituindo a hierarquia da aristocracia e da coroa do Velho Mundo por um novo modelo de autoridade – uma empresa em convenção, as formas da moderna corporação santificadas pela profecia bíblica. (BERCOVITCH, 1988, P. 146)

A afirmação dessa comunidade tem como base a retórica bíblica fornecida pelo protestantismo puritano, denominada de teologia do Pacto. Assim, Deus havia firmado um pacto com todo o povo de Israel, em que as bênçãos e prosperidades estariam condicionadas a uma vida de verdadeira fé, de acordo com os preceitos morais descritos na bíblia e que deveria ser seguido por todos os indivíduos em prol da comunidade. Dessa forma a sociedade puritana é marcada por exercer um forte controle na vida privada e pública das pessoas, fazendo com que aqueles que não mantinham a moral fossem severamente punidos, já que os pecados individuais eram responsáveis pelo infortúnio de toda a coletividade.

A teologia do pacto também pode ser interpretada como sendo um acordo que se dá apenas entre Deus e o indivíduo, tomando um caráter individual. Partindo dessa perspectiva o pacto estaria na raiz da ideologia do destino manifesto, outra característica presente na identidade americana. Por ser uma nação excepcional, os Estados Unidos eram os eleitos, que receberam a missão divina de Deus de levar os princípios morais da civilização ocidental para os povos bárbaros e inferiores. Na qual, o expansionismo norte americano, as intervenções políticas e econômicas externas e a transformação em uma superpotência mundial, seriam apenas a manifestação de um destino já reservado aos Estados Unidos. O mito do povo eleito já continha a ideologia do destino manifesto, que teve o termo cunhado apenas em 1840, quando “ a doutrina do destino manifesto foi elevada ao status da explicação oficial para o sucesso dos Estados Unidos até aquele momento, e como uma profecia de um grande futuro esperando para ser cumprida. ” (DOMINGUES, 2012, P. 98) Assim,

A retórica infere que o futuro da América, e por extensão o destino da humanidade, depende dos esforços do americano enquanto indivíduo representativo. E os efeitos sociais são bastante claros: uma ansiedade generalizada por fazer as coisas, uma ênfase constante na necessidade de fazer por conta própria (e fazer agora). (BERCOVITCH, 1988, P. 155)

Além da coerência religiosa oferecida pela mitificação do território norte americano, como terra sagrada dos povos eleitos e destinados à prosperidade, a unidade nacional dos Estados Unidos também é mantida pela ideologia do liberalismo. A ideia de livre empresa abrangia grande parte da heterogeneidade cultural existente no país, que não se fazia apenas de religiosos protestantes puritanos, apesar de os mesmos também se identificarem com essa ideologia econômica.

Todos os aspectos tratados sobre a formação nacional dos Estados Unidos se resumem no mito da América, uma terra próspera e de oportunidades, que representa a liberdade, a democracia e a civilização ocidental. Todas essas características respaldadas pelo discurso religioso que identifica a América à Nova Israel e o povo americano como os eleitos que tem a missão de construir uma cidade sobre uma colina, como exemplo a ser seguido por todos os povos. Portanto, no século XVIII, ao se conquistar a Independência, os Estados Unidos recuperou os mitos fundacionais para construir a identidade Norte Americana, que passou a se compor fortemente dos conceitos de missão, destino e excepcionalidade.

É possível perceber que ao longo da história dos Estados Unidos, esses valores e ideais do momento fundacional da nação foram diversas vezes recuperados nos discursos de importantes representantes, principalmente em momentos de crise, a fim de mobilizar a população em prol de algum objetivo, lembrando-a do pertencimento a uma comunidade excepcional que possui uma missão. Mary A. Junqueira, em seu trabalho: *Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano*, pontua que esses mitos fundacionais foram diversas vezes, ao longo dos séculos, utilizados como forma de explicar o sucesso econômico dos Estados Unidos, além de já terem sido empregados também nos discursos de resistência.

A autora faz uma análise do resgate do mito da América empreendido nos discursos do presidente George W. Bush, como meio de justificar as ações externas realizadas perante a sociedade, principalmente a intervenção no Iraque depois dos atentados de 11 de setembro. Ela recupera frases do discurso do presidente, pronunciado horas após o ataque, onde ele afirma que “ A liberdade foi atacada! A democracia foi atacada! ” e ainda frases dos discursos anteriores dos ataques ao Iraque, “ Mais uma vez somos chamados para defender a segurança de nosso povo, e as esperanças de toda a espécie humana”(JUNQUEIRA, 2003, P. 164). A partir de tais frases o presidente recuperava os mitos fundacionais da nação, que afirmavam que os EUA eram os guardiões da democracia e da liberdade e que atacar os EUA era atacar toda a cultura ocidental. Ele também conclama a população a lembrar seu lugar de excepcionalidade para se unir em defesa da manutenção dessa nação única. Como a autora pontua, a sociedade norte americana poderia não concordar com o presidente, mais com certeza entenderam o significado de seus discursos, já que foram pautados na origem da identidade nacional.

Outro exemplo da recuperação dos mitos fundacionais pode ser encontrado na luta pela expansão dos direitos civis dos negros, empreendida por Martin Luther King na década de 60. Em seus discursos, pautados em grande maioria por uma retórica religiosa, há também a evocação do mito da América e de um sentido de missão, buscando a inclusão do negro nesse país que supostamente é o representante da liberdade e igualdade, afirmando que a nação só possuirá verdadeiramente esse significado com o fim do preconceito.

E digo-lhes hoje, meus amigos, mesmo diante das dificuldades de hoje e de amanhã, ainda tenho um sonho, um sonho profundamente enraizado no sonho americano. Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se erguerá e experimentará o verdadeiro significado de sua crença. Acreditamos que essas verdades são evidentes, que todos os homens são criados iguais. (KING, 1963)

Assim, “pode-se afirmar que esse “mito da América” tornou-se, então, uma espécie de “bem simbólico” da nação, influenciando nos imaginários sociais, pois foi referência para os conservadores e os progressistas dependendo do momento histórico.” (JUNQUEIRA, 2003, P. 170).

Já o trabalho Hal Lindsey e a *Jeremiad* Fundamentalista, do autor Daniel Rocha, aponta que a retórica *jeremiad* americana, seria uma possível explicação para a persistência do mito da América até os dias atuais, resistindo às crises e transformações da sociedade Norte Americana. A retórica *jeremiad* foi herdada dos puritanos e toma como base as admoestações do profeta Jeremias, na qual ele alertava os hebreus de que estavam vivendo contrários aos desígnios divinos e assim a vingança de Deus seria iminente. Na América, uma terra sagrada onde poderia ser construída uma cidade exemplo, a retórica *jeremiad* além de alertar para o pecado e as consequências do mesmo, adicionava ao discurso o chamado do povo eleito para cumprir sua missão e seu papel histórico. O autor demonstra que ao longo do tempo “a *jeremiad* perdeu o aspecto meramente religioso, de um sermão proferido do púlpito puritano, e tornou-se uma forma de retórica, dependendo do grupo que se aproprie dela, com forte viés político e/ou nacionalista.” (ROCHA, 2014, P. 39).

Assim, percebemos que os mitos fundacionais são a peça chave para se compreender a nação e a identidade Norte Americana, que se compõe a partir deles.

Os mitos são representações da realidade, construções culturais que evocam a memória, a nostalgia, reavivam crenças, além de oferecerem modelos de conduta para toda a comunidade. Nos Estados Unidos, o mito é tão espesso e forte a ponto de dificultar o trabalho do analista, pois realidade e mito se confundem. (JUNQUEIRA, 2003, P. 165).

Dessa forma esses mitos fundacionais estão constantemente sendo retomados pelos norte americanos, seja através da retórica *jeremiad* ou do mito da América, como uma forma de justificar sua situação atual e suas ações, ou conclamar a população para busca de um objetivo, já que tais discursos terão reconhecimento e/ou legitimidade perante a sociedade.

Referências Bibliográficas

- BERCOVITCH, Sacvan. A retórica como autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América. In: SACHS, Viola et al. Brasil e EUA: religião e identidade nacional. RJ: Graal, 1988, p. 141-158.
- CORRÊA, C. Lilian. Hawthorne e Miller: entre história e ficção. In: IV Congresso Internacional de Ética e Cidadania, Filosofia e Cristianismo. São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT6/Lilian_Cristina_Correa.pdf Acesso em: 09/05/2015.
- JUNQUEIRA, Mary A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. In: Margem. São Paulo, n. 17, 2003, p. 163-171. Disponível em: <http://www.pucsp.br/margem/pdf/m17mj.pdf> Acesso em: 09/05/2015.
- KARNAL, Leandro. A Formação da Nação. In: KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo, Contexto, 2007, p. 41-57.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. As raízes. In: O Celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 29-39.
- ROCHA, Daniel. Hal Lindsey e a *jeremiad* fundamentalista. In: AZEVEDO, Cecília; POGGI, Tatiana; ALVES JR., Alexandre G. da Cruz; FARIAS, Rodrigo; MOLL, Roberto (Orgs.). Visões da América: a história dos EUA discutida por pesquisadores brasileiros. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014, p. 33-52.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. Deus e ideologia política nos Estados Unidos: a doutrina do Destino Manifesto. In: SIMÕES, Bárbara; DAIBERT JR, Robert (Orgs.). Escrituras e Deus e do Diabo: ensaios de religião, história e literatura. Juiz de Fora: Ufjf, 2012, p. 95-117.
- KING, Martin Luther. Eu tenho um sonho. In: CARSON, Clayborne; SHEPARD, Kris (Orgs.). Um apelo à consciência: os melhores discursos de Martin Luther King. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2006, p. 75.